



2019/01/19

Um mundo sem fronteiras?

Alexandre Reis Rodrigues

É hoje claro que os que têm encarado os avanços da globalização como correspondendo ao começo de um mundo sem fronteiras estão errados.

Vivemos num mundo que está muito mais interligado em vários campos – comercial, financeiro, cultural, etc. – e em que a importância das respectivas fronteiras tem diminuído.



No entanto, no atual ambiente de segurança, nada nos diz ser expectável que as fronteiras se tornem como algo de arcaico que pertenceu ao passado. Bem pelo contrário e também por causa da globalização.

É verdade que, no período que se seguiu imediatamente ao fim da Guerra Fria, se calculava que as prioridades de defesa passariam a focar-se sobretudo na proteção de interesses, num ambiente de crescente globalização. Essa visão levou a baixar a prioridade dada aos aspetos clássicos da defesa territorial, mas, não se estando a confirmar essas expectativas, esse percurso tem vindo a ser corrigido.

Consolida-se assim o consenso – mesmo entre os mais ativos defensores da globalização – que, afinal, nem tudo pode ser globalizado e que, enquanto prevalecer o conceito de estado-nação – como a forma de as sociedades e o mundo se organizarem – as fronteiras vão continuar a ter um papel incontornável para proteger os estados, inclusivamente das vulnerabilidades introduzidas pelo processo da globalização.

Logo, em primeira instância, sob a ideia de que, perante ameaças que vão mudando de natureza, mas não desaparecem, a proteção da liberdade, individualidade e identidade nacional e a defesa do território continuam no cerne do pensamento nacional.¹ Complementarmente como forma de gerir o inter-relacionamento entre os países e como “barreira” de proteção local para controle das “pontes” que a globalização vai abrindo.

Entretanto, temos assistido a algumas variações na perceção sobre a importância das fronteiras – conforme atrás mencionado – e na conceção das formas de as proteger, mas nenhuma tão radical como o recurso recente ao emprego de barreiras, que está em generalização e de que o exemplo histórico mais mencionado é a o da grande muralha da China.

O propósito geral não é, no entanto, o mesmo do passado, quando as barreiras se construíam como elemento da defesa militar do país. Sob esta conceção, talvez só se mantenha uma situação em todo o mundo, os chamados Muros de Israel (ou Muros da Cisjordânia) começados a construir em 2004 e presentemente com mais

¹ Moreira, Adriano, “As novas fronteiras e o estado-nação” e Sacchetti, Ferraz, “As diferentes interpretações do conceito de fronteiras”.

de 700 quilómetros, apesar de considerados ilegais, desde o início, pelo Tribunal Internacional de Justiça.

As barreiras a que alguns estados têm estado a recorrer têm um objetivo diferente. Visam parar os fluxos migratórios ilegais provenientes de estados incapazes de proporcionar condições de vida minimamente razoáveis ou de não conseguirem tirar partido da globalização para diminuir as desigualdades económicas e sociais com países mais ricos.

Não merece contestação o reconhecimento de que as tentativas de circulação de pessoas, nos termos ilegais, caóticos e massivos em que se têm processado, estão a constituir matéria séria de preocupação como elementos de potencial desestabilização nos países de destino e de trânsito. Por isso, algum controlo tem, necessariamente, que ser imposto de modo a garantir uma forma eficaz de distinguir entre o que é tráfico lícito e ilícito. O que se pode tornar facilmente controverso é a escolha da forma como esse controlo deve ser assegurado, campo em que as opções variam muito, entre os extremos de um regime relativamente liberal e, no outro limite, uma recusa de aceitação de mais entradas.

Na União Europeia - tirando-se a exceção de países na Europa Central que optaram pela medida drástica de barreiras, ou que no sul recusam receber navios com emigrantes recolhidos no mar em situações limite - tem-se adotado uma postura dominada pela ideia de respeitar os princípios humanitários que apelam a que se aceitem todos os que abandonam os seus países sem esperança de aí terem acesso a condições razoáveis de sobrevivência e procuram refúgio no exterior.

Esta postura não vai parar o constante movimento migratório que todos os dias tenta atravessar o Mediterrâneo vindo principalmente de África. Mais tarde ou mais cedo, acabará, com grande probabilidade, por ter que se aceitar que a Europa não tem condições para sozinha dar guarida ao número sempre crescente dos que não estão satisfeitos com as condições que o seu país lhes proporciona.

Acabará por prevalecer a ideia de que sem limites e controlos a essas movimentações, a situação tornar-se-á insustentável, quer por razões económicas, quer por razões de segurança, que são o tema principal de preocupação de uma corrente de opinião que ganha cada vez mais espaço e que se mantém muita atenta e sensível a tudo o que possa afetar os equilíbrios sociais e culturais do seu país. A necessidade de trabalhadores estrangeiros que a Europa tem pela frente - circunstância em que Portugal aparece projetado como necessitando de 1,5 milhões até 2050² - pode atrasar esse desfecho, mas não o evitará.

Os EUA, como país especialmente atrativo para imigrantes provenientes dos países a sul que enfrentam maiores dificuldades - Honduras, Guatemala, Equador, Salvador e o próprio México -, têm, neste campo, um problema de enorme dimensão. Significa isso que, ao contrário da postura europeia, estão na altura de enveredar pela mais drástica medida de recurso a uma barreira ao longo dos mais de 3000 quilómetros de fronteira com o México, como pretende o Presidente Trump? A parte da opinião pública que constitui a base de apoio do Presidente pensa que sim, mas não as elites políticas do país ou mesmo a maioria da dos americanos (54% contra, 43% a favor).

Trump, no entanto, arrisca tudo - inclusivamente a impopularidade de um "shut down" sem precedentes pela sua extensão - mostrando-se apenas interessado em ir ao encontro das preocupações dos que o ajudaram a ser eleito e a quem tinha

² «Fear of foreigners is gripping Europe just when its economy needs them most», "Border Control", *Time*, March 5, 2012.

prometido a «*great, great wall*», projeto associado ao seu lema de campanha e de mandato: “*America First*”. O seu argumento desenvolve-se a partir da ideia de que o problema da imigração clandestina já entrou num patamar de crise, que só se resolverá com medidas radicais. No entanto, o que dizem os dados estatísticos não confirmam a teoria.

Embora a opinião pública americana pense, maioritariamente, que a grande parte dos imigrantes está numa situação ilegal, a percentagem de estrangeiros nessa situação ronda apenas 24% do total (só 45% dos americanos têm a perceção correta). Aliás, grande parte das situações ilegais resultam de entradas legais com visas cujos prazos foram excedidos, mas esta circunstância é também desconhecida de grande parte da população.

Também não é evidente que a situação esteja em deterioração, antes pelo contrário. De acordo com estimativas do *Pew Research Center* o número de imigrantes ilegais nos EUA baixou de 12,2 milhões em 2007 para 10,7 milhões em 2016, declínio confirmado pelo decréscimo de detenções que passaram de um pico de 1,64 milhões em 2000 para cerca de 4000 em 2018.

Estas circunstâncias mostram que o Presidente está a dramatizar, para fins de política interna, uma situação que, embora precise de ser controlada mais eficazmente, não tem a sua solução restrita à adoção da medida mais drástica e de último recurso – a construção de uma barreira de mais de 3000 quilómetros.

Trump esquece que o problema da imigração clandestina, antes de ser uma questão de barreiras, é um assunto político de relações internacionais, de métodos mais eficazes de controlo fronteiriço aproveitando as novas tecnologias – sensores e *drones*, por exemplo – e de novas regras³ e controlo das autorizações de estadia, campos em que parece que nem tudo o que é necessário está a ser feito.

Será, certamente, interessante acompanhar o desenvolvimento e desfecho do braço de ferro em curso, entre a Casa Branca e o Congresso, mas o importante da questão geral é que se encontre, quer na União Europeia, quer nos EUA, um sistema mais eficaz de pôr termo ao caos que se está a instalar.

³ Entre 1965 e 1986 a imigração ilegal era constituída por homens que vinham ganhar algum dinheiro e depois regressavam ao México para recomeçar a sua vida. Com a aprovação do *Immigration Reform and Control Act* de 1986, durante a administração Reagan, concebido para controlar e eventual entrada de terroristas, fez com que os trabalhadores temporários optassem por se tornar permanentes e trazer as suas famílias, sob o receio de não conseguirem tornar a entrar uma vez saídos. Os três milhões de indocumentados por essa ocasião passaram hoje a mais de 10 milhões.